

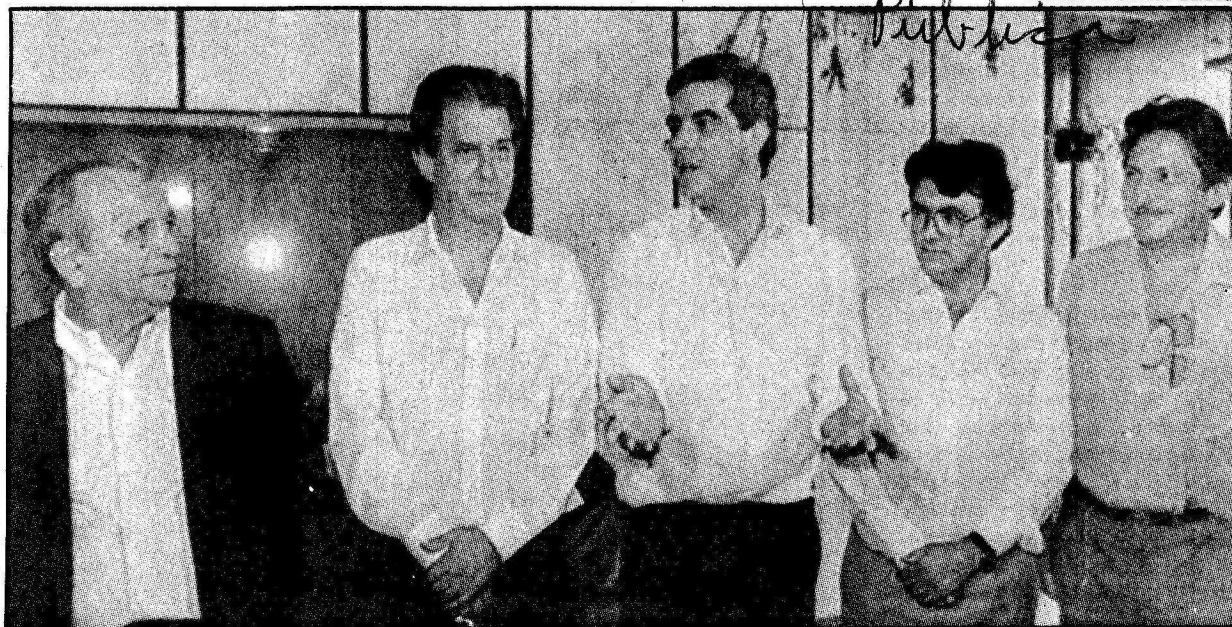
Governo acerta dívida dos Estados

BRASÍLIA — O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, admitiu ontem que o aumento do déficit do orçamento da União para 1989 poderá ser a solução para o impasse criado em torno do esquema de rolagem da dívida externa dos Estados e Municípios no próximo ano:

— Não vejo como compatibilizar a questão da rolagem sem elevar um pouco o déficit do Orçamento. O importante é que seja uma parcela assimilável. A segunda mensagem orçamentária encaminhada pelo Governo ao Congresso é compatível com um pequeno superávit de 0,07 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o setor público.

O Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, que anteontem se denominara uma espécie de "coordenador da negociação do Orçamento", também admitiu uma solução nesse sentido. Depois do encontro com o Relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Almir Gabriel, o Deputado disse que, com a ampliação do déficit, não será necessário aumentar impostos e que esta questão foi equacionada por Gabriel em seu relatório final. A rolagem da dívida seria garantida pelo remanejamento de recursos dentro do Orçamento.

As fórmulas para cobrir os CZ\$ 480 bilhões que a União deixará de receber com a rolagem proposta pela Comissão — apoiada pelos Governadores — começaram a ser discutidas ontem, em uma série de reuniões na residência de Costa Couto. De manhã, o Ministro recebeu o Presidente e o Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Cid Carvalho e Senador Almir Gabriel, além do Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro. A conversa preliminar serviu, segundo o Ministro, para reabrir o canal de negociação com a Comissão, que se comprometeu em adiar mais uma vez a votação do re-



Telefoto de Givaldo Barbosa

Costa Couto (ao centro) recebe Carvalho, Ibsen, Genebaldo e Gabriel para discutir a dívida externa dos Estados

latório final do Orçamento de 89.

Costa Couto disse que foram discutidas três questões básicas: a realocação de recursos em função da demanda social, a necessidade de que o Orçamento opere com o menor déficit possível e a rolagem da dívida dos Estados e Municípios. Após três horas de reunião, ele disse que estava otimista quanto a um acordo final, mas não revelou se o Governo aceitaria as regras propostas pela Comissão para a rolagem da dívida. As regras são as seguintes: Estado com dívida acima de US\$ 1 bilhão paga 25 por cento dos serviços e encargos do estoque da dívida; entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão, paga 20 por cento dos serviços e encargos; entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões, paga 10 por cento; até US\$ 300 milhões rola todo o endividamento.

Durante a reunião, Costa Couto conversou por telefone com os Mi-

nistros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, e com o Governador Orestes Quercia, que teria demonstrado disposição em relação às negociações. Também foi contactado o Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

Cid Carvalho disse que os entraves políticos começaram a ser superados e que as maiores dificuldades eram técnicas, especialmente a de se encontrar uma fórmula capaz de suprir os CZ\$ 480 bilhões que a União deixará de receber com a rolagem da dívida. Todos concordaram ser necessário abrir mão das suas posições iniciais, mas nem o Governo quer perder recursos tão vultosos de seu orçamento, nem o Congresso quer pagar o preço político de alterar uma proposta respaldada pelos Governadores. A Comissão gostaria ainda de ter um volume maior de recursos para serem apli-

cados em áreas sociais, reduzindo ainda mais o espaço de manobra do Governo.

Foi um dia de intensas negociações. Costa Couto reuniu-se no início da tarde com o Secretário Geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago, e com o Secretário de Orçamento da Seplan, José Ribas Netto. Havia também a expectativa de o Ministro reunir-se com os Ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson da Nóbrega, antes de encontro com o Presidente Sarney, marcado para o início da noite de ontem. Costa Couto informou que em outra reunião, marcada para as 20h30m de ontem, com os representantes da Comissão de Orçamento, poderia haver um acordo. A reabertura das negociações com o Governo adiou por mais uma vez a apreciação do relatório final da Comissão, que só deverá votá-lo na terça-feira.